

Justiça Penal Militar consensual¹

Alexandre Augusto Quintas
Juiz Federal da Justiça Militar

Data de recebimento: 17/11/2024

Data de aceitação: 17/11/2024

Data da publicação: 13/11/2024

APRESENTAÇÃO



¹ Slides da apresentação Justiça Penal Militar Consensual, por Alexandre Augusto Quintas. In: Seminário Sistema Jurídico Militar Comparado Brasil e Itália, realizado no período de 2 a 5 de abril de 2024, em Roma, Itália.



01

Introduzione

Breve esposizione della problematica, dell'approccio e della delimitazione data al tema.

02

Sviluppo

La realtà della Giustizia Penale Consensuale nell'ambito del Diritto Penale Brasiliano.

03

Conclusione

Adeguatezza dell'applicazione nella Giustizia Militare secondo la visione di un giudice di prima istanza.



Introdução

1.1

Problemática

Não há "consenso" sobre o tema na Justiça Militar, ao menos na Justiça Militar Brasileira.

1.2

Abordagem ao tema

Para além da dogmática jurídica; a perspectiva de um Magistrado de primeira instância sobre o tema.

1.3

Delimitação do tema

Breves comentários sobre o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) na Justiça Militar.



Introdução

1.1 Problemática

Non c'è "consenso" sul tema nella Giustizia Militare, almeno nella Giustizia Militare Brasiliana.

1.2 Approccio al tema

Oltre alla dogmatica giuridica; la prospettiva di un Giudice di prima istanza sul tema.

1.3 Delimitazione del tema

Breve commento sull'Accordo di Non Persecuzione Penale (ANPP) nella Giustizia Militare.



Desenvolvimento



2.1 Justiça Penal Consensual no direito pátrio

É contemplado, por exemplo, na Lei nº 9.099/95, a qual:

- Instituiu a **transação penal** e a **suspensão condicional do processo**, dentre outras.

O próprio CPM (Decreto-Lei 1.001/69), no Art. 240, § 1º e 2º, possibilita que a infração penal seja considerada uma infração disciplinar quando:

- A coisa subtraída é de pequeno valor e é restituída ao seu dono antes de iniciada a ação penal.



I Sviluppo

2.1 Giustizia Penale Consensuale nel diritto patrio

È contemplata, ad esempio, nella Legge n. 9.099/95, la quale:

- Ha istituito la **transazione penale** e la **sospensione condizionale del processo**, tra le altre.

Il Codice Penale Militare (Decreto Legislativo 1.001/69), nell'Art. 240, § 1º e 2º, permette che l'infrazione penale sia considerata un'infrazione disciplinare quando:

- La cosa sottratta è di scarso valore e viene restituita al proprietario prima dell'inizio del procedimento penale.



2.2 ANPP no Direito Penal Brasileiro

O primeiro ato normativo que tratou diretamente do ANPP no Brasil foi a

Resolução nº 181, de 07 de agosto de 2017, do **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, posteriormente modificada pela Resolução 183, de 24 de janeiro de 2018, do CNMP.

Art. 18. Não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor ao investigado acordo de não persecução penal quando, cominada pena mínima inferior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, o investigado tiver confessado formal e circunstanciadamente a sua prática, mediante as seguintes condições, ajustadas cumulativa ou alternativamente: (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018)



2.2 ANPP nel Diritto Penale Brasiliano

Il primo atto normativo che ha trattato direttamente dell'ANPP in Brasile è stata la **Risoluzione n° 181**, del 07 agosto 2017, del **Consiglio Nazionale del Ministero Pubblico (CNMP)**, successivamente modificata dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 218, del CNMP.

Art. 18. Non essendo il caso di archiviazione, il Ministero Pubblico può proporre all'indagato un accordo di non persecuzione penale quando, comminata una pena minima inferiore a 4 (quattro) anni e il reato non è commesso con violenza o grave minaccia a persona, l'indagato abbia confessato formalmente e circostanziatamente la sua pratica, mediante le seguenti condizioni, stabilite cumulativamente o alternativamente. (Redazione data dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 2018)



2.2 ANPP no Direito Penal Brasileiro

O primeiro ato normativo que tratou diretamente do ANPP no Brasil foi a **Resolução n° 181**, de 07 de agosto de 2017, do **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, posteriormente modificada pela Resolução 183, de 24 de janeiro de 218, do CNMP.

I – reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, salvo impossibilidade de fazê-lo; (Redação dada pela Resolução n° 183, de 24 de janeiro de 2018)
II – renunciar voluntariamente a bens e direitos, indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime; (Redação dada pela Resolução n° 183, de 24 de janeiro de 2018)



2.2 ANPP nel Diritto Penale Brasiliano

Il primo atto normativo che ha trattato direttamente dell'ANPP in Brasile è stata la **Risoluzione n° 181**, del 07 agosto 2017, del **Consiglio Nazionale del Ministero Pubblico (CNMP)**, successivamente modificata dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 218, del CNMP.

, - riparare il danno o restituire la cosa alla vittima, salva impossibilità di farlo; (Redazione data dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 2018)

Il – rinunciare volontariamente a beni e diritti, indicati dal Ministero Pubblico come strumenti, prodotto o profitto del reato; (Redazione data dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 2018)



2.2 ANPP no Direito Penal Brasileiro

O primeiro ato normativo que tratou diretamente do ANPP no Brasil foi a **Resolução nº 181**, de 07 de agosto de 2017, do **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, posteriormente modificada pela Resolução 183, de 24 de janeiro de 218, do CNMP.

II - prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo Ministério Público; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018)





2.2 ANPP nel Diritto Penale Brasiliano

Il primo atto normativo che ha trattato direttamente dell'ANPP in Brasile è stata la **Risoluzione nº 181**, del 07 agosto 2017, del **Consiglio Nazionale del Ministero Pubblico (CNMP)**, successivamente modificata dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 218, del CNMP.

II – prestare servizio alla comunità o a enti pubblici per un periodo corrispondente alla pena minima comminata al reato, diminuita da uno a due terzi, in un luogo indicato dal Ministero Pubblico; (Redazione data dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 2018)



2.2 ANPP no Direito Penal Brasileiro

O primeiro ato normativo que tratou diretamente do ANPP no Brasil foi a **Resolução nº 181**, de 07 de agosto de 2017, do **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, posteriormente modificada pela Resolução 183, de 24 de janeiro de 218, do CNMP.

IV – pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Código Penal, a entidade pública ou de interesse social a ser indicada pelo Ministério Público, devendo a prestação ser destinada preferencialmente àquelas entidades que tenham como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito; (Redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018)





2.2 ANPP nel Diritto Penale Brasiliano

Il primo atto normativo che ha trattato direttamente dell'ANPP in Brasile è stata la **Risoluzione n° 181**, del 07 agosto 2017, del **Consiglio Nazionale del Ministero Pubblico (CNMP)**, successivamente modificata dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 218, del CNMP.

... pagare una somma pecuniaria, da stabilirsi ai sensi dell'articolo 45 del Codice Penale, a un ente pubblico o di interesse sociale da indicare dal Ministero Pubblico, dovendo la prestazione essere destinata preferibilmente a quegli enti che hanno come funzione proteggere beni giuridici uguali o simili a quelli apparentemente lesi dal reato; (Redazione data dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 2018)



2.2 ANPP no Direito Penal Brasileiro

O primeiro ato normativo que tratou diretamente do ANPP no Brasil foi a **Resolução n° 181**, de 07 de agosto de 2017, do **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, posteriormente modificada pela Resolução 183, de 24 de janeiro de 218, do CNMP.

V cumprir outra condição estipulada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal aparentemente praticada. (Redação dada pela Resolução n° 183, de 24 de janeiro de 2018)

§ 12º As disposições deste Capítulo não se aplicam aos delitos cometidos por militares que afetem a **hierarquia** e a **disciplina**. (Incluído pela Resolução n° 183, de 24 de janeiro de 2018)





2.2 ANPP nel Diritto Penale Brasiliano

Il primo atto normativo che ha trattato direttamente dell'ANPP in Brasile è stata la **Risoluzione n° 181**, del 07 agosto 2017, del **Consiglio Nazionale del Ministero Pubblico (CNMP)**, successivamente modificata dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 218, del CNMP.

v - adempiere ad altra condizione stabilita dal Ministero Pubblico, purché proporzionale e compatibile con l'infrazione penale apparentemente commessa. (Redazione data dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 2018)

§ 12º Le disposizioni di questo Capitolo non si applicano ai reati commessi da militari che ledano la **gerarchia** e la **disciplina**. (Incluso dalla Risoluzione n. 183, del 24 gennaio 2018)"



2.3 ANPP no Direito Penal Brasileiro

Após esse marco normativo e as dúvidas acerca de sua validade, o legislador instituiu o ANPP, por intermédio da **Lei nº 13.964**, de 24 de setembro de 2019, que modificou o Código Penal comum (Decreto-Lei 2.848/40).

Art. 28º. Quando se o avarício e todo o estado unido formal e consciente a prática ação penal em vídeo: gravada em uma única vez; 4 (quatro) ao Ministério Público, mas prior a ato de não assecção em data que mediã e sãlice preparãdo e prãção do crime, reãdo a seguir asãpe a justã orãria alternãvez.



2.3 ANPP nel Diritto Penale Brasiliano

Dopo questo atto normativo e i dubbi sulla sua validità, il legislatore ha istituito l'ANPP, mediante la Legge nº 13.964, del 24 settembre 2019, che ha modificato il Codice Penale comune (Decreto Legislativo 2.848/40).

Art. 23. Na esecção dos crimes militares e circunstâncias da prática dos crimes penais militares, a pena não se agravará com a reincidência anterior. (art. 1.º). O Militar Brasileiro só poderá ser julgado e punido pela Justiça Militar e a pena não se agravará com a reincidência anterior. (art. 1.º). O Militar Brasileiro só poderá ser julgado e punido pela Justiça Militar e a pena não se agravará com a reincidência anterior. (art. 1.º).



2.4 Comparando a Resolução nº 181 e a Lei nº 13.964



Verifica-se que o legislador “copiou e colou” a maioria dos dispositivos encontrados naquela Resolução.

Assim, a ausência de lei – um complicador para a aplicação do ANPP –, foi suprida, inclusive na Justiça Militar, ao menos na teoria.

Todavia, o Legislador ordinário não replicou o § 12º, do Art. 18 da Resolução 181:

“As disposições deste Capítulo não se aplicam aos delitos cometidos por militares que afetem a **hierarquia** e a **disciplina**.” (Incluído pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018)



2.4 Confronto tra la Risoluzione n. 181 e la Legge n. 13.964



Si nota che il legislatore ha "copiato e incollato" la maggior parte delle disposizioni trovate in quella Risoluzione. Quindi, l'assenza di legge – un complicatore per l'applicazione dell'ANPP – è stata supplita, anche nella Giustizia Militare, almeno in teoria.

Tuttavia, il legislatore ordinario non ha replicato il § 12º, dell'Art. 18 della Risoluzione 181: "Le disposizioni di questo Capitolo non si applicano ai reati commessi da militari che ledano la **gerarchia** e la **disciplina**." (Incluso dalla Risoluzione nº 183, del 24 gennaio 2018)



Decorrente dessa incerteza, surgiram três correntes na doutrina sobre a possibilidade de aplicação do ANPP na Justiça Militar.

1ª Corrente

Abraça a tese de que houve **silêncio eloquente** – e *não esquecimento ou omissão* – do legislador, que optou por não estender o ANPP à Justiça Militar.



2ª Corrente

Não há **vedação expressa** à aplicação na Justiça Militar, como houve na Lei 9.099/95. Mesmo nela, existiu entendimento do STF favorável a sua aplicação antes de vigorar o Art. 90-A.

3ª Corrente

Se a lei é omissa, ela pode ser aplicada, desde que de acordo com o **§ 12º da Resolução nº 181**. Isto é, que não se aplique aos delitos que afetem a hierarquia e a disciplina.





Derivante da questa incertezza, sono emerse tre correnti nella dottrina sulla possibilità di applicazione dell'ANPP nella Giustizia Militare.

1ª Corrente

Abbraccia la tesi che ci sia stato un **silenzio eloquente** – e non dimenticanza o omissione – da parte del legislatore, che ha optato per non estendere l'ANPP alla Giustizia Militare.



2ª Corrente

Non vi è alcuna vietata esplicita all'applicazione nella Giustizia Militare, come è avvenuto nella Legge 9.099/95. Anche in essa, vi è stato un parere favorevole della Corte Suprema alla sua applicazione prima dell'entrata in vigore dell'Art. 90-A.

3ª Corrente

Se la legge è omissa, essa può essere applicata, purché in conformità al § 12º della Risoluzione nº 181. Ciò significa che non si applichi ai reati che danneggino la gerarchia e la disciplina.

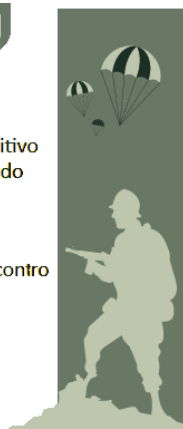


3. Cabimento de aplicação na Justiça Militar



3.1 Devido aos seus aspectos positivos, como a substituição do modelo de processo penal conflitivo pelo consensual, o Ministério Público tem firmado **cada vez mais** Acordos.

Por isso, em uma interpretação sistemática e evolutiva, é possível, adequado e razoável o encontro do ANPP com a Justiça Militar.



3. Applicabilità nella Giustizia Militare



3.1 A causa dei suoi aspetti positivi, come la sostituzione del modello di processo penale conflittuale con quello consensuale, il Ministero Pubblico ha concluso sempre più accordi.

Pertanto, in un'interpretazione sistematica ed evolutiva, è possibile, adeguato e ragionevole trovare un accordo tra l'ANPP e la Giustizia Militare.



3. Cabimento de aplicação na Justiça Militar



3.2 A Lei nº 13.964/2019 não aborda a problemática.

Em decorrência do seu silêncio – a sua não vedação – pode-se concluir que o ANPP “está autorizado” para **qualquer crime militar**, sobretudo aqueles previstos na legislação extravagante.

3.3 Na discussão sobre justiça penal consensual, existem outros princípios em disputa, como os da **dignidade da pessoa humana, da isonomia, da legalidade, da celeridade e da economia** – e não apenas a **hierarquia e disciplina**.



3 Applicabilità nella Giustizia Militare



3.2 La Legge n. 13.964/2019 non affronta la problematica.

In conseguenza del suo silenzio - la sua non vietata - si può concludere che l'ANPP è "autorizzato" per **qualsiasi reato militare**, soprattutto quelli previsti in leggi straordinarie.

3.3 Nella discussione sulla giustizia penale consensuale, vi sono altri principi in gioco, come quelli della **dignità della persona umana**, dell'**uguaglianza**, della **legalità**, della **celerità** e dell'**economia** - e non solo la **gerarchia** e la **disciplina**.

3 Cabimento de aplicação na Justiça Militar



3.4 Para mais, o ajuste ofertado pelo MPM pressupõe:

- A anterior **avaliação** e **ponderação** no concernente pelo "órgão de acusação" castrense;

Pois o órgão possui como função o resguardo das normas de hierarquia e disciplina, como bases de organização das Forças Armadas (CPPM, Art. 55)

3.5 Não há nenhuma proibição legal que impeça a aplicação do ANPP.



3 Applicabilità nella Giustizia Militare



34 Inoltre, l'accordo offerto dal MPM presuppone:

- la precedente **valutazione e ponderazione** in merito da parte dell'"organo di accusa" militare;

poiché l'organo ha il compito di salvaguardare le norme di gerarchia e disciplina, quali basi dell'organizzazione delle Forze Armate (CPPM, Art. 55)

35 Non vi è alcun divieto legale che impedisca l'applicazione dell'ANPP.

4 "Direito Penal Militar negocial: a experiência norte-americana"



4.1 O Direito Militar americano constitui importante referência para a compreensão da essência e fundamentos desse ramo especializado.

Posto que a Justiça Militar norte-americana permite o firmamento de acordos para a imposição de penas não privativas de liberdade (*Plea agreement*); sem quaisquer efeitos negativos na sua disciplina e hierarquia;

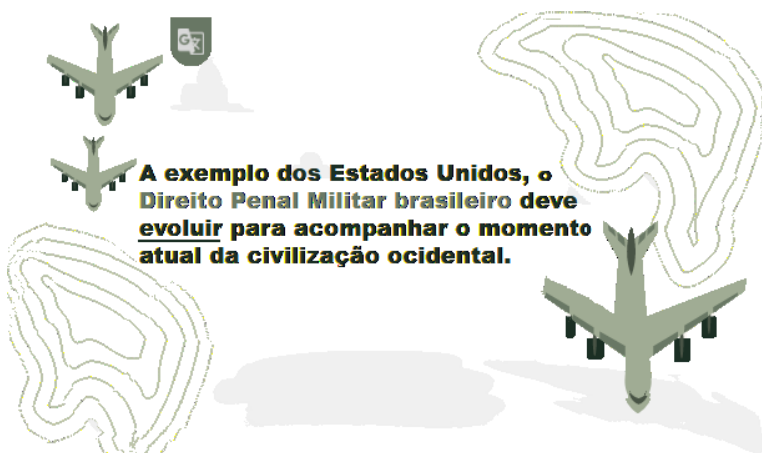
A imposição de tais penas **não** configura afronta à índole do Direito Militar.

4. "Diritto Penale Militare negoziale: l'esperienza nordamericana"

4.1 Il **Diritto Penale Militare** americano costituisce un importante punto di riferimento per comprendere l'essenza e i fondamenti di questo ramo specializzato.

Poiché la Giustizia Militare americana consente la conclusione di accordi per l'applicazione di sanzioni non privative della libertà; senza alcun effetto negativo sulla disciplina e la gerarchia;

L'applicazione di tali sanzioni **non** costituisce un'affronto alla natura del Diritto Militare.





Come negli Stati Uniti, il Diritto Penale Militare brasiliano deve evolversi per accompagnare l'attuale momento della civiltà occidentale.



Obrigado pela atenção!

Alguma dúvida? Entre em contato comigo:

Alexandre Augusto Quintas

Juiz Federal da Justiça Militar

Contato: quintas@stm.jus.br

Alexandre Augusto Quintas



Grazie per l'attenzione!

Avete domande? Contattatemi:

Alexandre Augusto Quintas

Juiz Federal da Justiça Militar

Contatto: quintas@stm.jus.br